

CAPÍTULO 7

A jornada do doutorado: desafios, inspirações e a construção de um novo olhar

João José dos Santos Júnior

A periferia, uma família, um sonho

“Estude, menino, pois o conhecimento é a única coisa que ninguém nunca poderá tirar de você!”. Essa frase, e outras semelhantes, me acompanharam desde a infância. Minha mãe, que estudou somente até a quarta série, não pôde concluir os seus estudos. Pertencente a uma família pobre, do interior do Paraná, sempre precisou ajudar em casa cuidado de seus cinco irmãos para que seus pais pudessem trabalhar e trazer o sustento necessário para a família. Na adolescência, a família mudou-se para São Paulo, mas, ainda assim, a sua realidade de pobreza permanecia abafando seus sonhos. Inúmeras vezes ouvi minha mãe comentando que sempre achava bonito ver as moças que se arrumavam e saíam para trabalhar e estudar, mas não teve condições de fazer o mesmo.

Casou-se bastante jovem, e logo assumiu o posto de dona de casa e mãe, tarefa que cumpre com maestria. Provavelmente, por essa razão, com certa rigidez, sempre incentivou a mim e a minha irmã que estudássemos, e exigia de nós um rendimento escolar satisfatório. Desejava que o destino de seus filhos pudesse ser mais amplo que o seu.

Meu pai, por sua vez, é o mais velho de dez irmãos, filhos de um casal nordestino que veio tentar a sorte em São Paulo. Sua experiência de vida também contou com a necessidade de ajudar, desde pequeno, com o sustento da casa. Conta que começou, ainda antes dos dez anos, a vender picolés na rua. Posteriormente, aos catorze anos, ingressou em uma indústria metalúrgica, na qual teve a possibilidade de fazer um curso técnico, que o permitiu exercer a função de torneiro fermenteiro. Ao longo de toda a sua trajetória profissional, saiu de casa antes mesmo do nascer do sol, retornando apenas à noite, passando o dia todo dentro dos galpões das grandes fábricas, em meio a máquinas e outros operários. Nunca cursou ensino superior. Nos anos 2000, retornou aos estudos fazendo supletivo para concluir o ensino médio.

Lembro-me da emoção do meu pai ao terminar o que ele chama de “colegial”, em 2005. Para mim, algo inesquecível, afinal, naquele mesmo ano, eu também concluía o terceiro ano do ensino médio. Talvez meu pai, naquele cenário, se sentisse duplamente orgulhoso: em primeiro lugar, por realizar o sonho de terminar o ensino básico, mas também por ter conseguido romper o ciclo de evasão escolar familiar, afinal, seu filho concluíra também essa etapa sem precisar deixar os estudos para ajudar a compor a renda familiar.

Essa história se assemelha a muitas outras que conheço. Nesse sentido, tenho a sensação de que a geração de meus pais, extremamente batalhadora, sacrificou-se para mudar o curso da história para a sua posteridade. E minha geração começa a colher esses frutos.

Desse modo, o jovem pesquisador que aqui escreve seguiu o seu rumo: sempre com o apoio de sua família, começou a construir a sua história. Em 2015 ingressou em uma universidade pública, e graduou-se em 2018. Casou-se. Com o desejo de tornar-se pesquisador e professor, almejava o mestrado e o doutorado. Seu sonho, o de muitos jovens brasileiros: estudar na Universidade de São Paulo, conhecida por formar grandes intelectuais.

Após três anos de tentativas, ingressou em um programa de pós-graduação na USP, no mesmo ano que, junto com sua esposa, tiveram a grata surpresa da chegada de seu filho. Por um momento, se questionou se daria conta de estudar e trabalhar para o sustento de sua família, sobretudo com a chegada da responsabilidade da paternidade. Mais uma vez, recordou-se de toda a vida de seus pais, e entendeu que, naquele momento, chegara a sua vez de “entrar em campo”, honrar o esforço de seus pais e tornar-se porto seguro para seu filho, mostrando a ele, com a sua própria história de vida, que é possível alcançar seus objetivos, desde que não tenhamos medo de enfrentar os desafios. No início de 2023, titulou-se mestre. Nos agradecimentos não poderiam deixar de ser mencionados: os seus pais por serem a

inspiração de vida; sua esposa por ser o seu apoio e por incentivar nos momentos difíceis, e seu filho, por ser a motivação para não desistir.

Foi então que, seguindo o ditado popular de que “se parar o sangue esfria”, tomou a decisão de ingressar imediatamente no doutorado. E o presente texto visa a descrever brevemente o processo transformador resultante da experiência do doutorado para a vida pessoal deste pesquisador.

A expectativa acadêmica

A minha experiência de ingresso no doutorado está intrinsecamente ligada à minha defesa de mestrado, uma vez que as duas atividades aconteceram quase de maneira concomitante. As observações feitas pela banca avaliadora foram importantes para melhor identificação do problema de pesquisa a ser estudado. A dissertação deixara lacunas a serem mais bem exploradas, e que naquele momento não seria possível, devido ao recorte de pesquisa escolhido para a dissertação. Estudando a gestão municipal do turismo, não havia conseguido aprofundar minha pesquisa de modo a alcançar de modo mais direto a percepção e a participação da população local na atividade turística, bem como seus impactos sociais para os residentes.

Evidentemente, isso foi exposto pela banca como uma perspectiva de avanço. Mal sabia eu que, naquela ocasião, já estava exercitando o meu olhar para o que o ProMuSPP¹ apresenta como proposta de contruibuição acadêmica, e que tais observações ajudariam a compor o que se tornaria a minha pesquisa para a tese. O olhar para a qualidade de vida da população, para o bem-estar. Em outras palavras, para os sujeitos sociais, de forma mais intensa. Para as famílias, para as pessoas que residem na cidade para a qual estaria me dispondo a dedicar o meu tempo e meu estudo. Para os seres humanos que lá habitam, para os jovens que, como eu também possuem sonhos e expectativas para o futuro.

Nesse sentido, a minha experiência pessoal desde o ingresso no ProMuSPP supera a realização do sonho pessoal de alcançar o título de doutor. Alcança uma dimensão que me proporciona um novo vigor, a sensação de ser realmente útil para a sociedade. Com o início das aulas, estar no campus e ter um contato direto e presencial com professores e alunos me trouxeram muitas expectativas, uma vez que todas as minhas disciplinas do mestrado haviam sido realizadas de maneira remota, devido às medidas sanitárias de contenção da pandemia da covid-19. Almejava, sobretudo, vivenciar trocas de conhecimento, aprender com os colegas e contribuir com o meu conhecimento já adquirido.

1 Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

A universidade e o espaço para uma nova reflexão

O que eu não imaginava é que o contato com o ProMuSPP me proporcionaria um espaço para desenvolver reflexões que desconstruiriam conceitos que, sem perceber, já estavam introjetados em minha mente. E tal feito se deu a partir do curso da disciplina Filosofia da Ciência, sobre a qual eu imaginava, em um primeiro momento, certa similaridade com aquilo que em geral conhecemos como “História da Filosofia”, dividida nos períodos antigo (com ênfase no pensamento grego), medieval (com ênfase na patrística e no pensamento cristão), moderno (com o racionalismo cartesiano e os pensamentos iluministas e positivistas) e contemporâneo (trazendo autores e pensadores do século XIX até os dias de hoje). Todavia, me surpreendi.

De fato, transitamos brevemente por esses períodos nas aulas iniciais. Foram citados pensadores e teóricos referenciais para a construção do pensamento científico e acadêmico. Contudo, a disciplina não se restringiu à essa perspectiva, trazendo aos discentes a possibilidade de conhecer (ou reconhecer) outras vertentes de pensamento, outras percepções diferentes das que hegemonicamente estudamos.

Quem diria que minha concepção de ciência e de conhecimento, formada linearmente desde o ensino fundamental, superior e mestrado, seriam literalmente desconstruídas a partir de novas reflexões e visões de mundo?! Nesse ponto, não há como discordar das reflexões apresentadas por Dussel (1994), ao dissertar que o processo de colonização europeia foi realizado também – e principalmente – por meio da imposição de novos modos de pensar, em que o colonizador se sobrepõe à identidade de sua colônia.

Compreende-se, então, a lógica do pensamento pós-moderno, que educa a partir da perspectivas dos colonizadores que se impuseram aos outros povos, a partir de seu poder econômico e mercadológico, de modo que a colônia não é vista como produtora de conhecimento, mas sim como objeto de pesquisa.

De forma bastante incômoda, notei que os saberes originários da África, América Latina e Ásia são repetidamente ignorados e subjugados. Nesse cenário, conforme nos explica Fanon (2008), nós, residentes nas regiões colonizadas do globo, nos submetemos a utilizar tantas máscaras que nos trazem a falsa sensação de sermos bem aceitos perante a sociedade hegemônica eurocêntrica. Negros que vestem máscaras brancas, colocando em questão o quanto negros são, diante de uma sociedade que classifica as pessoas, latinos que vestem máscaras europeias justificando-se de sua ascendência, além de tantas outras formas de mascararmos aquilo que deveria ser a nossa forma real de pensar, em prol de uma aceitação por parte da hegemonia predominante.

O itinerário de discussões no decorrer das aulas trouxe à luz o quanto minha estrutura de pensamento está envolta por essa visão monocultural, exposta por

Boaventura de Sousa Santos, que se pauta no colonialismo europeu, ao passo que tantos outros saberes e conhecimentos são simplesmente desconsiderados.

Em seu conceito de pensamento pós-abissal, considera que os saberes existem de formas diversas e multifacetadas, não devendo haver, portanto, um conhecimento sobressalente. Desse modo,

“[o pensamento pós-abissal] confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia” (Santos, 2007, p. 85).

Abriam-se meus olhos para a existência dessa “ecologia de saberes”, na qual o verdadeiro conhecimento deve ser dialógico e não impositor.

A cada aula, tive a sensação de que meu pensamento foi introduzido em um processo descolonizador de conceitos e visões que, ao longo de minha vida, me foram apresentados, e ao mesmo tempo, senti que a minha identidade se evidenciou. Um processo libertador do pensamento crítico.

Mas não tem sido um processo fácil. Em particular, me senti provocado ao me deparar com essa nova forma de ver o conhecimento, a ciência e os saberes. Nesse sentido, tratando-se de um programa de pós-graduação em mudança social e participação política, compreendo que a disciplina cumpriu o seu papel: inquietar o pesquisador, para que, livre de estereótipos ou de lupas condicionantes, pudesse olhar livremente para sua pesquisa de modo a buscar respostas que possam ir além de apresentar resultados para os problemas teorizados pela academia, mas sim contribuir concretamente com a sociedade na qual estamos inseridos, no tempo histórico em que vivemos.

Um pensamento em processo de reconstrução a partir das vivências de onde estou e de com quem convivo. Com isso, não descarto o conhecimento adquirido anteriormente. Ao contrário, tenho como objetivo (e mais ainda, penso que, como pesquisador, devo ter como “missão”) utilizar conscientemente a ciência hegemonicamente construída e aceita pela academia, apesar de suas limitações conceituais que a faz por vezes apresentar-se como “colonizadora”, como instrumento para apresentar de modo coerente e convincente a minha produção científica.

A desconstrução das estruturas de pensamento

As leituras e discussões das quais participei recentemente, no curso da citada disciplina, trazem uma nova perspectiva, aos poucos sendo “digerida” por esse pesquisador que aqui escreve. Refletir, por exemplo a concepção de Lander (2000), de que a ciência não deve ser vista de forma hegemônica e condicionada à tecnologia e ao

mercado, conforme proposto pelas grandes potências econômicas mundiais. Em minha condição de pesquisador, nascido na América Latina, passo a me sentir no dever de atender, sim, aos critérios acadêmicos que a universidade nos impõe para trazer uma produção científica de qualidade, mas cabe a mim o esforço de conciliar tais formas do pensar científico com os outros saberes existentes, para além do predominante. Em outras palavras, o autor justifica a minha intenção de tornar a minha produção acadêmica útil e acessível para a sociedade na qual estou inserido.

Tais reflexões se fizeram essenciais para a tomada de consciência de que, muitas vezes, reproduzimos o pensamento colonizador em nosso dia a dia. Constantemente, um homem fenotipicamente branco como eu, encontra-se em condição de privilégios no Brasil perante negros e indígenas. Todavia, se ilude, afinal tal privilégio se esvai ao estar diante de alguém em melhores condições sociais. A diferenciação se torna ainda maior ao comparar um homem latino com o europeu. Desse modo, compreende-se o porquê, na maioria das vezes, de nos vestirmos de estereótipos, que por sua vez servem apenas para contribuir com a manutenção de um pensamento social excludente e segregador, supervalorizando a visão eurocêntrica que nos foi imposta.

Voltamos então para o contexto social do pequeno João, filho de uma dona de casa e de um metalúrgico, e que nesse momento se coloca como exemplo. Nascido na periferia da mais rica cidade do Brasil, sonhou por toda a vida seguir carreira acadêmica. Devido a sua condição social, sempre estudou em escola pública, seja no ensino básico seja no ensino superior. Para a pós-graduação, não poderia pensar diferente: por três anos seguidos, participou da seleção para o mestrado na Universidade de São Paulo, para realizar seu sonho. Finalmente, aos 33 anos conseguiu ingressar no mestrado, e aos 35, no doutorado.

Ao observar a realidade em que cresci, não posso deixar de notar que o alcance dos mesmos objetivos pode ser mais fácil para outros, que possuem melhores condições sociais, o que tornaria tal jornada menos custosa. Contudo, não posso abster-me de perceber que, para alguns de meus colegas, o alcance dos mesmos objetivos consistiria em um processo ainda mais penoso, simplesmente devido a fatores como o tom de sua pele, o gênero ou a orientação sexual. Não é difícil notar isso. Basta ter a sensibilidade necessária e estar disposto a circular pelas ruas do bairro onde moro, por exemplo. Sou homem cis, hetero e me autodeclaro branco. Essa simples identificação já me garante acesso a lugares que outros não possuem.

Ao longo de minha trajetória profissional, trabalhando com eventos, mantive contato com pessoas de diferentes classes sociais, e constatee como há uma distinção social claramente imposta. Lembro-se de uma vez organizar um evento de luxo para cerca de 400 pessoas. Mulheres da alta sociedade, esposas de executivos de

alto escalão. Dentre os presentes, não identifiquei sequer uma pessoa negra. As poucas pessoas que possuíam um pouco mais de melanina na pele faziam parte da equipe de trabalho, junto comigo. O reflexo de uma sociedade a partir de um evento social, no qual tais pessoas se gabavam de sua formação acadêmica, de sua distinta posição social, de seus sobrenomes. Deixavam claras as suas origens, comentavam sobre suas viagens à Europa, o berço de suas famílias. E, evidentemente, mencionavam o quanto suas famílias contribuíram para o “desenvolvimento” do Brasil enquanto nação civilizada.

Mas... e os outros povos, saberes e conhecimentos? E a ancestralidade latino-americana, a ancestralidade do Brasil que, como nos explica Porto-Gonçalves (2009), originalmente abrigou tantos diferentes povos, forçosamente homogeneizados em um único grupo denominado “brasileiro”. Nomenclatura equivocada, inclusive, uma vez que o termo é designado em sua essência aos portugueses em sua prática exploratória do Pau-brasil. E indo além: ao continente que hoje é conhecido como América, em sua referência eurocêntrica, mas que possui outro nome para seus povos originários: *Abya Yala*, que na língua do povo Kuna significa “terra madura”, “terra viva” ou “terra em florescimento” (Porto-Gonçalves, 2009). E o que dizer então dos povos originários, reduzidos pela visão europeia a um único grupo denominado “indíós”, referenciando-os à outra região geográfica do planeta?

A tomada de consciência de que os chamados “saberes do Sul” são fortemente apagados do contexto acadêmico foi o meu maior incômodo na jornada vivida ao longo desse semestre. Incômodo necessário. Não pretendo negar a importância do conhecimento desenvolvido no hemisfério Norte, mas compreendo mais fortemente, após as reflexões em sala de aula, a visão de Walsh (2001, p. 66) de que “apesar de existir uma larga trajetória do pensamento crítico latino-americano, o campo dos estudos latino-americanos segue partindo principalmente de perspectivas e estudos sobre, e não a partir da região”. Inegavelmente, há uma distinção na notoriedade de estudos realizados nesses países do hemisfério Norte em detrimento dos realizados nos países do Sul.

Após o aprofundamento nas leituras até aqui realizadas, entendo que não posso fechar os olhos para a realidade apresentada por Quijano (1992), que se atenta para a problemática resultante da colonialidade europeia que subjulgou os povos residentes em suas terras “conquistadas”, o que culminou na atual organização política e mercadológica global. Não à toa, Mignolo (2017) considera a colonialidade como “o lado mais escuro da modernidade”.

Por essas e outras tomadas de consciência, reafirmo que o meu ingresso no doutorado revela-se como um marco para além da minha trajetória acadêmica, perpassando a minha trajetória pessoal. Aprendi e sei que tenho muito ainda a aprender

com autores que brilhantemente expressam, a partir de seu lugar de fala e de sua visão de mundo, suas contribuições para o conhecimento. Por essa razão, posso afirmar que a experiência que sou motivado a viver ao longo desse processo me conduz a uma liberdade que resulta da consciência de que estamos, sim, partindo de um ponto de vista subjetivo, afinal minhas percepções enquanto pesquisador não devem estar descoladas das minhas vivências, conforme bem nos explica Conceição Evaristo, ao cunhar o termo “escrevivência”.

Sim, pois eu não ingressei no doutorado com essa perspectiva. Trouxe comigo a tensão resultante de uma educação positivista, que doutrina o pesquisador a trabalhar com distância e frieza o objeto estudado. Todavia, diante da bibliografia estudada, me deparo com esse choque de realidade que, como costumo dizer, “derretem o meu cérebro”, levando-me a questionar sempre que me posiciono diante do computador para escrever: “É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (Evaristo, 2005).

A(re)construção de um pesquisador

E por que razão iniciei este texto trazendo a minha trajetória pessoal e acadêmica?

Porque, diante do conhecimento adquirido, das reflexões realizadas e compartilhadas, acredito que, em primeiro lugar, seja necessário que eu me posicione enquanto pessoa. Imagino que, caso este texto seja lido algum dia por alguém que não tenha me conhecido pessoalmente, as páginas até aqui redigidas servirão como base para aquilo que gostaria de expressar adiante. E isso já indica o primeiro sinal daquilo que desejo evidenciar: a produção e transmissão de conhecimento perpassa a história e a perspectiva de mundo do sujeito que o produz.

Apesar de sermos educados a inibir a nossa experiência pessoal em nossas pesquisas, tenho buscado aqui fazer o caminho inverso: mais do que falar sobre a pesquisa do João, é importante, antes disso, sabermos quem é o João, o sujeito que se dispôs a tornar-se estudioso e pesquisador, que não poderá descolar a sua vivência e visão de mundo de sua pesquisa, por mais que tente fazê-lo. Aos que discordam, lamento comunicar, mas ainda que para alguns isso pareça contraditório, entendo que esse passo se fez necessário nesse momento, para o meu amadurecimento acadêmico.

A formação interdisciplinar proporcionada pelo ProMuSPP tem me ensinado a importância de adotar uma perspectiva decolonial em nossos métodos de pesquisa. Cursar a disciplina “Filosofia da Ciência” abriu os meus horizontes, ao me apresentar uma bibliografia para além dos saberes hegemônicos produzidos por autores já conhecidos e utilizados na academia, me permitindo expandir o olhar.

Nesse sentido, a partir do conhecimento adquirido recentemente, entendo que refletir sobre sua produção a partir de uma visão denominada “decolonial” não significa descartar os conhecimentos hegemônicos ou abandonar o rigor científico que nos é exigido por toda a estrutura acadêmica convencional. De modo algum. Refiro-me aqui à postura do pesquisador diante do “objeto” estudado. Afinal, assim como as relações seriam genuínas se os diferentes grupos convivessem de modo a compartilhar seus legítimos conhecimentos sem abrir mão de sua identidade, a pesquisa pode tornar-se mais efetiva quando o pesquisador busca compreender e dar voz ao sujeito pesquisado.

O fato é que o aluno que ingressou no doutorado meses atrás também está passando por um processo de amadurecimento acadêmico, resultante do contato com os textos propostos, com as reuniões de orientação, bem como por meio da relação acadêmica com outros pesquisadores do programa. Um processo sadio de construção e de diálogo, no qual compreende que cada pesquisador disserta a partir de suas vivências.

Cabe aqui, portanto, um adendo acerca de importância da troca de conhecimentos entre os discentes do programa. Pouco ouço falar sobre esse contato, tão relevante para o pesquisador. E quanto pude aprender com os colegas. A cada apresentação, experienciei concretamente a dimensão da “escrevivência” (Evaristo, 2007), da possibilidade – e para muitos, da necessidade – de escrever em primeira pessoa no âmbito acadêmico, legitimando os seus lugares de fala. Afinal, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (Ribeiro, 2017, p. 66). Desse modo, essas “outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante” (Ribeiro, 2017, p. 90), ganham espaço e merecem meu respeito e admiração.

O itinerário até aqui vivido tem me ensinado então a compreender a importância, não somente do “lugar de fala” do outro, mas também do meu “lugar de escuta”. Ao pesquisador é incumbida uma grande responsabilidade: saber ouvir. Não se trata simplesmente de dar a voz ao outro, mas a conscientização de que, por muitas vezes deixamos de ouvir o outro que sempre teve a sua voz silenciada.

A escuta se faz fundamental para que o pesquisador tenha a sensibilidade necessária e não se limite a pesquisar “sobre”, mas procure pesquisar “com”. Se não for desse modo, o ciclo colonizador não será rompido. Ao contrário, nos tornaremos reprodutores da imposição de um pensamento dominante e silenciador, que impõe a sua visão de mundo ao invés de permitir o florescimento dos conhecimentos até então subjugados.

Isto posto, começo a ter maior clareza das reflexões também apontadas por Clifford Geertz. Essa frieza para com o objeto estudado deve ser repensada, conforme aponta: “como diz Stevens, ‘racionalistas usando chapéus quadrados, sentados em salas quadradas, pensando pensamentos quadrados, deveriam tentar usar sombreros’” (Geertz, 1983, p. 155). Cabe a mim, enquanto pesquisador, romper com tal pensamento “quadrado” na minha produção acadêmica. Ter a consciência de que minha produção trará inevitavelmente marcas da subjetividade da minha visão, mas, acima de tudo, assumir o compromisso ético de, ao máximo possível, buscar compreender o outro para o qual dedicarei meu tempo em conhecer e estudar de acordo com a sua realidade, e não como “um reflexo pálido de mim mesmo”. E como esse trabalho de conscientização tem sido positivo, inclusive para que eu, enquanto indivíduo, esteja apto a levar a vida acadêmica com maior leveza.

E quanto à pesquisa que pretendo desenvolver nos próximos anos, para minha tese de doutorado? Essa se mantém firme, sendo fundada nesses novos conhecimentos. É sabido que um projeto de pesquisa, escrito para a admissão em um programa de pós-graduação, passa por ajustes até que se transforme na tese final. Todavia, espero empenhar-me para que o processo pelo qual minha pesquisa está passando resulte em uma resposta para além de uma banca de avaliadores.

Se posso ousar, espero que minha tese seja a legítima resposta vinda da voz de um estudioso latino-americano, do menino mencionado nas linhas iniciais deste texto, filho de um casal que não teve condições de cursar ensino superior, oriundo da periferia, cuja condição de estudar se deve ao acesso à educação pública. E cuja concepção de mundo, apesar de permeada pelo conhecimento positivista tradicional, encontra-se enriquecida com os saberes e vivências adquiridos por sua história de vida e convívio social.

Por fim, tenho claro que este texto não segue estritamente as normas acadêmicas impostas pela academia positivista na qual estamos inseridos, mas se encontra desconstruído, quase como um desabafo. Pois bem, tal estrutura textual representa fielmente a condição em que o seu autor se encontra: redescobrimo-nos e, portanto, ainda em processo de sistematização de suas ideias em busca de um equilíbrio entre o respeito ao conhecimento obtido ao longo de sua formação e a inserção e valorização desses “novos” saberes que, por sua vez tendem a valorizar a bagagem anteriormente adquirida de modo a ser o mais útil possível para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- DUSSEL, E. *El encubrimiento del otro*. Hacia el origen del mito de la modernidad. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1994.
- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- FANON, F. *Pele negra/ máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.
- GEERTZ, C. *O saber local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GONÇALVES, C. W. P. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 25-30, 2009.
- LANDER, E. ¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. *Estudios Latinoamericanos*, [S. l.], v. 7, n. 12-13, p. 25-46, 2000. DOI: 10.22201/cela.24484946e.1999.12-13.52369.
- MIGNOLO, W. Colonialidade do poder: o lado escuro da modernidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-17, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2022.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indig*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos*, v. 79, p. 71-94, 2007.
- WALSH, C. ¿Qué conocimiento(s)? Reflexiones sobre las políticas del conocimiento, el campo académico y el movimiento indígena ecuatoriano. *Comentario Internacional*, v. 2, p. 65-77, 2001.

